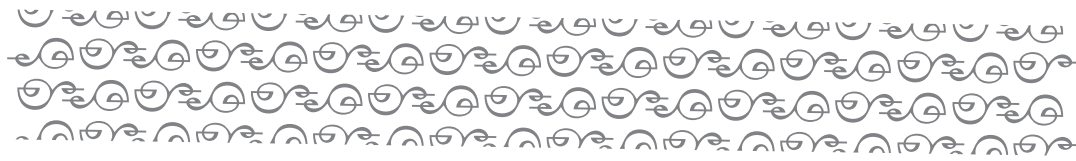




<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”



BOLETIM

DA

BIBLIOTECA

DA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

B.Bibl.C.D. (Brasília) v. 18, n. 2, p. 245-469, maio/ago. 1969

MANUEL FERREIRA DA CÂMARA BITTENCOURT E SÁ  
3º Presidente da Câmara dos Deputados  
(Fase Imperial)



PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
(Fase Imperial)

39

MANUEL FERREIRA DA CÂMARA BITTENCOURT E SÁ  
(Intendente Câmara)

No dia 3 de maio de 1823, "ao som do hino da pátria, ao troar da artilharia e no meio de vivas e entusiásticas aclamações", instalava-se, com a presença do Imperador Pedro I, a Assemblêia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Dois dias depois a Assemblêia nomeava uma comissão cuja tarefa consistia em elaborar o projeto das bases da primeira Constituição brasileira. Dessa comissão fazia parte, juntamente com os dois Andradas (Antônio Carlos e

José Bonifácio), Antônio Luís Pereira da Cunha, Pedro de Araújo Lima (mais tarde Marquês de Olinda), José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e o Padre Francisco Muniz Tavares — o deputado por Minas Gerais, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, o antigo Intendente Câmara.

O sistema vigente na época estabelecia que a Presidência da Assembléia fôsse exercida pelo período de um mês. Aberta a sessão do dia 2 de junho de 1823, sob a Presidência de José Bonifácio, o Patriarca da Independência, e esgotados os assuntos geralmente tratados na primeira parte do expediente, passou-se à ordem do dia. Os Anais do Parlamento Brasileiro (Assembléia Constituinte), 1823, registram:

*Passou-se à ordem do dia; e procedeu-se à eleição da mesa principiando pelo presidente. Obteve-se a pluralidade relativa os Srs. Andrada e Silva, e Camara, e por isso entrando em segundo escrutínio, ficou a final eleito, com 38 votos, o sr. Camara.*

Tratava-se da eleição do 39 Presidente da Câmara dos Deputados, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, o Intendente Câmara, que exerceria o cargo por trinta dias, ou seja, daquela data até o

dia 2 de agosto de 1823.

Nasceu êle, segundo a ficha escolar fornecida pela Universidade de Coimbra, em Vila Nova da Rainha de Caeté, freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Capitania de Minas Gerais, e foi batizado aos 23 dias do mês de julho de 1758, sendo padrinhos o Tenente João Furtado Leite e D. Coleta Rosa; mas a certidão de batismo extraída a seu pedido em 1827 diz ter sido batizado na Matriz de Santo Antônio da Itacambira, Comarca Eclesiástica das Minas Novas do Araguaí, aos 26 dias do mês de abril de 1764, sendo padrinho o Reverendo Doutor Albano Pereira Coelho. Esta certidão foi passada no próprio requerimento de Câmara, que, ao formulá-lo, declarou ser nascido e batizado na referida Vila de Santo Antônio da Itacambira. Foram seus pais o Tenente Bernardino Rodrigues Cardoso e D. Francisca Antônia Xavier de Bittencourt e Sá.

Desde muito cedo dedicado ao estudo das ciências naturais, bacharelou-se em Filosofia e Leis pela Universidade de Coimbra, em 1788, portanto no mesmo ano em que José Bonifácio recebeu iguais honras. Seu interesse pela mineralogia e seus trabalhos fizeram-no membro da Academia das Ciências de Lisboa — a qual

apresentou uma Memória intitulada Observações feitas por ordem da Real Academia de Lisboa, acêrca do carvão de pedra da freguesia da Carvoeira. Esse trabalho, datado de setembro de 1789, e outros, chamaram a atenção do governo português, que o comissionou para fazer estudos e pesquisas nos mais adiantados centros europeus.

Essa viagem científica êle a fez de 1790 a 1798, em companhia de José Bonifácio. Primeiramente foi a Paris, onde permaneceu dois anos, tempo que consagrou ao estudo da Química, como era então ali ensinada por Fourcroy. Deixando a França, passou a frequentar em Freyberg as lições de Mineralogia do célebre Werner. Percorreu, sempre em companhia de José Bonifácio, sucessivamente a Alemanha, a Boêmia, a Hungria, a Suécia, a Noruega; e mais tarde a Escócia, a Irlanda, a Inglaterra. Estudou na Universidade de Upsala. Sentiu-se atraído pelas minas da Alemanha, país em que publicou uma Memória, em francês, sobre as minas de chumbo e prata, e sobre a fundição do ferro por meio de diminuta porção de combustível, e por um novo processo.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, foi transferido para o Rio de Janeiro o erário régio. Por



decreto de 5 de setembro de 1808 criou-se no novo erário a diretoria diamantina, para dirigir os negócios da administração do Tijuco.

Regressando a Portugal, de sua prolongada viagem de estudos, Câmara tornou-se conselheiro do governo para todos os assuntos relativos às minas do Brasil. Neste sentido é que se afirma ser de sua autoria o alvará de 13 de maio de 1803, base da política siderúrgica tentada pelo Príncipe Regente, através de seu Ministro, o Conde de Linhares, interrompida com a Independência.

Nomeado Intendente-Geral das Minas e dos Diamantes do Sêro Frio, desde 1800, somente em 1807 assumiu o cargo, à frente do Distrito Diamantino, realizando obra notável de administrador. Câmara governou o Tijuco durante cerca de 15 anos, até 1823, ano em que, como já referimos, foi tomar assento na Assembléia Constituinte.

Embora alguns de seus atos tenham merecido crítica, foi, acima de tudo, um autêntico brasileiro, sem discrepância nos deveres de seu cargo. É assim que soube valorizar as riquezas de nossa terra e, nas lutas políticas da época, tão decisivas para a independência do Brasil, sempre esteve ao lado dos brasilei

ros. Por isso, sem embargo das flutuações de sua popularidade, pôde levar à Constituinte de 1823 a contribuição de sua cultura e sabedoria.

Deve-se ao Intendente Câmara, que por isso é considerado um pioneiro de nossa siderurgia, a instalação da Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, ou de Gaspar Soares, no Distrito Diamantino, onde fabricou ferro gusa de 1814 a 1822. A construção dessa fábrica demorou de 1809 a 1814. Em 1815 foi expedida do Tijuco uma primeira remessa de ferro trabalhado, facto que resultou numa consagração popular e patriótica a a Câmara.

O insuspeito juízo de Saint-Hilaire dá bem a medida do importante papel do primeiro intendente brasileiro na administração do Distrito Diamantino. Além de êle aos extensos conhecimentos do mineralogista brasileiro, às suas idéias sadias sobre administração e política, à sua probidade, ao quanto podia ser útil ao Brasil.

É ainda de Saint-Hilaire este testemunho sobre o Intendente Câmara:

*Câmara distribuía justiça de maneira paternal, sem deixar que nenhum processo se arrastasse mo-*

*rosamente, sempre que lhe era possível, afastando  
vãs formalidades e procurando conciliar as partes  
e diminuir-lhes as despesas. Vivía no meio dos  
empregados e dos principais habitantes do Tijuco,  
como se fôsem seus iguais. O povo o amava, e  
como a sua condição não desse lugar a que lhe in-  
vejassem o cargo e a linhagem, eram todos acordes  
em lhe fazer o elogio.*

Nos processos de mineração foi o Intendente, como ficou já dito, reformador. Usou de máquinas no serviço da extração. De outra parte, como colocasse acima de tudo a prosperidade e o bem do País, dedicou-se a obras dispendiosas mas de utilidade pública, tais como o calçamento de várias ruas do Tijuco e a abertura de várias estradas, entre as quais a do Mendanha, que exigiu se quebrassem a pólvora enormes penedos da serra do S. Francisco. Tudo isso exigia o aumento dos trabalhadores da Extração, cuja dívida elevou-se consideravelmente, daí resultando a depreciação dos bilhetes que emitia.

Em consequência foi à Côrte, lá obtendo o Decreto de 14 de setembro de 1816, que modificou o processo de se fazerem as despesas da Extração e, entre outros dispositivos, incluiu a extinção da faculdade de emitir bilhete.

Também se deve ao Intendente do Tijuco a atenua-

ção da pena imposta ao escravo encontrado a minerar, a reforma da administração diamantina e o desimpedimento de todas as lavras auríferas, ficando estabelecida uma tabela especial para que a Coroa adquirisse os diamantes acaso tirados. E o mesmo reformador das leis outorgou ao comércio liberdade quase ilimitada, animou a agricultura e a criação.

Eleito membro do Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias e depois Deputado por Minas Gerais à Assembléia Constituinte de 1823, entre outras iniciativas patrióticas de Câmara incluiu-se o seu esforço no sentido da imediata fundação de uma escola de engenheiros de minas, a ser denominada de Academia Montanística, Docimástica e Mais Doutrinas de Metalurgia, fundamento da Escola de Minas de Ouro Preto.

Na Assembléia, mais de uma vez Câmara teve oportunidade de revelar o seu valor e o seu equilíbrio. No dia 27 de agosto de 1823 teve início ali a discussão de um projeto que tratava da criação de uma Universidade em São Paulo e outra em Olinda, "nas quais se ensinarão todas as ciências e belas letras". O problema da instrução pública era dos que mais interessavam à Casa. E nela, homens como o antigo Intendente do Distrito Diamantino, pela cultura e

experiência, não podiam deixar de se manifestar. Câmara Bittencourt falou sobre o projeto quando este entrou em terceira discussão, nas sessões de 18 e 27 de outubro e 4 de novembro daquele ano de 1823. Foi o primeiro a falar. Seu discurso, do qual os Anais só registram a parte inicial, é, na opinião de um Octávio Tarquínio de Souza, "sôbrio, conciso, direto, despido de qualquer retórica, é uma exceção em meio da má literatura do comum de seus pares, ainda os mais ilustres". Eis um trecho desse discurso:

*Tenho por impossível o estabelecimento de universidades em certas províncias indicadas para isso, e por muito difícil em outras. Onde eu vejo menos dificuldade é no Rio de Janeiro; aqui já temos três academias, e outros estabelecimentos públicos que se podem aproveitar, como biblioteca pública, museu, etc.; e também edifícios que com pouca despesa se podem destinar para aquêle fim".*

Conclui apresentando várias emendas. E o fez com clareza e adequação às circunstâncias:

1º) uma universidade no Rio; 2º) uma escola de minas, na província de Minas Gerais; 3º) três colégios de Direito, um em São Paulo, outro em Pernambuco, e o terceiro no Maranhão.

Contrariando a opinião de suas maiores vozes, a

Assembléia aprovou a criação das duas universidades. É opinião quase unânime, ainda hoje, que, ouvidas as ponderações de Câmara Bittencourt e talvez outra tivesse sido a evolução das instituições de ensino brasileiras, outra a situação da instrução entre nós.

Câmara, como os demais deputados que fizeram parte da Constituinte de 1823, foi eleito em virtude do Decreto de 3 de junho de 1822, Instruções de 19 do mesmo mês e ano, Decreto de 3 de agosto e Portarias subsequentes, conforme está indicado no parecer da Comissão de Verificação de Poderes, apresentado na segunda sessão preparatória, realizada a 18 de abril de 1823.

Em 19 de agosto, estando em discussão o art. 146 do projeto de Constituição, Câmara propôs que se acrescentasse às Comissões criadas, a de Minas e Bosques, o que foi aprovado.

Com a dissolução da Assembléia, em novembro do ano de 1823, Câmara embarça para a Bahia, onde tenciona dedicar-se às suas propriedades. Tanto era êsse o seu intento que recusara aceitar a sua nomeação para membro efetivo do Conselho de Estado. Entretanto, com a criação do Senado, foi eleito ao mesmo tempo por Minas e pela Bahia. Viu-se assim obrigado a

abandonar os seus planos de recolher-se à vida privada, optando pela província de Minas, de acôrdo com a lei eleitoral vigente e por ser o número 1 dos eleitos.

Em 1827 volta ao Rio de Janeiro, tendo comparecido à primeira sessão preparatória do dia 27 de abril, quando apresentou a sua Carta Imperial de nomeação. Prestou juramento na segunda sessão preparatória, do dia 28.

Nesse mesmo ano fêz parte das Comissões de Indústria, Artes, Comércio e Agricultura, e da Fazenda. Foi também eleito para fazer parte da Comissão de Estatística, Colonização e Catequese, da qual se escusou, alegando impossibilidade de bem cumpri-la, por falta de tempo.

Quando se discutia, na sessão de 10 de maio, projeto de lei sôbre mineração, Câmara enviou à Mesa a seguinte emenda, que deu motivo a debates prolongados:

*É patrimônio da Nação tudo quanto a terra encerra de precioso, e ninguém o poderá extrair sem seu expresso consentimento, e debaixo das condições que a Lei determinar.*

A contribuição de Câmara Bittencourt na organização dessa e de várias outras leis relativas à sua especialidade foi muito valiosa.

A partir de 1830 Câmara não mais voltou a participar dos trabalhos do Senado, passando a residir na província da Bahia.

Na Assembléia Constituinte e Legislativa o 3º Presidente da Câmara dos Deputados foi membro e Presidente da Comissão de Constituição; membro da Comissão Especial criada pela Assembléia por proposta de Antônio Carlos, na sessão de 11 de novembro, última da Constituinte de 1823, em que se deu a célebre Noite da Agonia, por se haver a sessão transformado em sessão permanente, enquanto durassem as inquietações existentes no Rio de Janeiro, que deram lugar à dissolução da Assembléia e à consequente deportação dos Andradas e de outros deputados.

Ao contrário de José Bonifácio, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, apesar de ter exercido nos últimos anos de vida funções de caráter eminentemente político, nunca deixou de ser o mesmo homem de ciência e de trabalho, cujo espírito estava sempre voltado para os assuntos relacionados com a sua profissão de mineralogista.



Marcos Carneiro de Mendonça, em sua obra O Intendente Câmara, escreve a êsse respeito:

*Enquanto José Bonifácio se deixou empolgar e apaixonar mesmo por questões essencialmente políticas, Manuel Ferreira da Câmara limitou-se a cumprir com o zelo e a competência que lhe eram peculiares, as obrigações de seu mandato, nas diversas comissões para as quais ia sendo sucessivamente eleito por seus pares da Assembleia Constituinte e do Senado, como se ali estivesse somente para zelar pela boa aplicação e conservação do nosso riquíssimo patrimônio mineral e vegetal. É êste o traço predominante de sua ação na política.*

O Presidente Câmara Bittencourt e Sá foi membro da Academia de História Natural de Edimburgo, da Real das Ciências de Lisboa, da de Estocolmo, da Auxiliadora da Indústria do Rio de Janeiro, além de outras.

Além de dignitário honorário da Ordem Imperial do Cruzeiro, era Comendador da Ordem de Cristo, pela Carta Régia de 12 de outubro de 1825.

Faleceu na Bahia no dia 13 de dezembro de 1835.

## BIBLIOGRAFIA

### 1 - DE MANUEL FERREIRA DA CÂMARA BITTENCOURT E SÁ (em ordem cronológica e alfabética)

- 18-04-1823. Como participante da segunda segunda sessão preparatória. AAC 1874, I: 2.
- 06-05-1823. Em defesa das provincias e do seu direito de enviar representantes à Assembléia. ACC 1874, I: 28.
- 06-05-1823. Proposição para substituição de palavra no art. 29 no voto de graças proposto pela Assembléia à fala de Sua Majestade Imperial. ACC 1874, I: 27.
- 10-05-1823. Proposição para que se dê ao Sr. Pedro José da Costa Barros uma resposta sôbre a sua anistia através da Comissão de Legislação unida à de Poderes. ACC 1874, I: 44.
- 20-05-1823. Em defesa dos procuradores gerais. ACC 1874, I: 71.
- 02-06-1823. Eleição como Vice-Presidente da Assembléia Constituinte. ACC 1874, I: 3.
- 11-06-1823. No exercício da Presidência, em virtude da ausência de José Bonifácio de Andrada e Silva. ACC 1874, II: 34.

- 14-06-1823. No exercício da Presidência, em virtude do não comparecimento do Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva. ACC 1874, II:47.
- 02-07-1823. Eleição para ocupar o cargo de Presidente da Assembléia Constituinte, em segundo escrutínio. ACC 1874, III: 5.
- 03-07-1823. Comunicação ao governo de sua Alteza Real da eleição do Sr. Câmara para ocupar a Presidência da Assembléia no período de julho. ACC 1874, III: 9.
- 04-07-1823. Apresenta requerimento de autoria de José Bernardino de Senna Ribeiro, solicitando seja desmembrada a comarca de São João das Duas Barras da província de Goyaz. ACC 1874, III: 16.
- 14-07-1823. Comunicação à Assembléia da presença do Sr. Silvestre Alves da Silva, eleito pela província de Goyaz. ACC 1874, III: 63.
- 18-07-1823. Comunicação à Assembléia da presença do Sr. José Alves do Couto Saraiva, eleito pela província de Minas Gerais. ACC 1874, III: 85.
- 02-08-1823. Eleição da Mesa da Assembléia Constituinte para o período de agosto. ACC, 1874, IV: 4.
- 19-08-1823. Emenda ao projeto de Constituição, no seu art. 146, propondo seja acrescentada às comissões então criadas, uma de minas e bosques. ACC 1874, IV: 104.
- 18-10-1823. Manifestando-se sobre o projeto de criação de universidades na província de São Paulo e em Olinda. ACC 1874, I: 106.

Discurso pronunciado no Rio de Janeiro, em nome do povo e da administração diamantina. Rio de Janeiro, 1822.

Discurso lido em presença do Imperador D. Pedro I.

Emenda apresentada ao projeto de estabelecimento de universidades no Brasil, considerada como germe da criação da Escola de Minas de Ouro Preto. Sessão da Constituinte de 1823. Anais do Parlamento Brasileiro. Assembléia Constituinte de 1823, t. 6. Rio de Janeiro, 1884.

Ensaio de Descrição Física, e Econômica da Comarca dos Ilheus na America. Impressa no t. I das Memórias Econômicas da Academia das Ciências de Lisboa.

O trabalho foi premiado pela agremiação científica de Lisboa, na assembléia realizada no dia 13 de maio de 1789.

Informação sobre a lavra de ouro do Morro do Pilar. Tijuco, 1818.

A informação se baseia nas razões expostas pelo Intendente Câmara quando da criação da Real Fábrica de Ferro no morro de Gaspar Soares. O trabalho é inédito.

Memória, analítica, sobre a memória escrita e enviada do degredo de Angola, pelo inconfidente José Alvares Maciel, sobre a fábrica de ferro de Nova Oeiras. Lisboa, ago. 1798.

O documento, um parecer, está no Arquivo Nacional.

Memória, analítica, sobre o trabalho que dom Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares), escreveu e apresentou ao Conselho de Ministros seus colegas... Lisboa, ago. 1789.

Inédita.

Memória apresentada ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre "Os meios de obter o cobre necessário a cunhagem das moedas destinadas aos nossos estabelecimentos americanos... 1799.

O documento encontra-se na Seção Histórica do Arquivo Nacional.

Memória sobre a "Permuta de todo o ouro em pó por moeda corrente", escrita em janeiro de 1799, por ordem do ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Lisboa, jan. 1799.

Inédita.

Memória sobre as minas de chumbo e de prata da Alemanha, e sobre a fundição de ferro por meio de diminuta porção de combustível e por um processo novo.

Trabalho inédito.

Memória sobre Sesmarias e Datas, Minas e Bosques.

Inédita.

Observações feitas por ordem da Real Academia de Lisboa, acerca do carvão de pedra da freguesia da Carvoeira. Lisboa, set. 1789.

Pedido de demissão do cargo de Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. Tíjuco, 1822.

Inédito.

Parecer dado a D: João VI, sobre a representação que lhe fizera o Inspetor das Sociedades de Mineração (Guilherme, Barão d' Eschwege). Tijuco, nov. 1819.

O documento é inédito.

Parecer dado à 2a. Junta do Governo Provisório da Capitania de Minas Gerais, sobre o requerimento dirigido ao seu presidente D. Manuel de Portugal e Castro... Tijuco, jul. 1822.

Inédito.

Plano para a abertura da estrada que da Real Fábrica de Ferro do Pilar, se vai, segundo as ordens regias abrir para o rio Doce.

O trabalho é inédito.

Projeto do alvará de 13 de maio de 1803. Organizado para substituir no Brasil o Regimento Diamantino de 2 de agosto de 1771, conhecido como "Livro da Capa Verde" na capitania de Minas Gerais.

A autoria do projeto é confirmada por Marcos Carneiro de Mendonça no seu livro O Intendente Câmara.

Resposta dada à Câmara da cidade da Bahia, sobre diferentes quesitos, que lhe foram feitos por parte do governador, em consequência de ordens que, para isso tivera de S.A.R., no ano de 1807.

A obra é inédita.

2 - SÔBRE MANUEL FERREIRA DA CÂMARA BITTENCOURT E SÁ  
(em ordem alfabética)

ENCICLOPÉDIA barsa. Rio de Janeiro-São Paulo, Encyclopaedia Britannica, 1964, v. 3, p. 472.

ENCICLOPÉDIA brasileira mérito. São Paulo, Mérito, 1958, v. 17, p. 466.

ENCYCLOPEDIA e diccionario internacional. Rio de Janeiro, [s. d.] v. 17, p. 10073.

ENCICLOPÉDIA universal. São Paulo, Ed. Pedagógica Bras., 1969, v. 8, p. 3131.

ENCICLOPEDIA universal ilustrada. Barcelona, España-Calpe, 1930, v. 52, p. 1023.

LELLO universal. Porto, Lello & Irmão, [s. d.] v. 4, p. 802.

MATA MACHADO FILHO, Aires da. Arraial do Tijuco Cidade Diamantina. 2. ed. melh. São Paulo, Martins, 1957, p. 64-72.

MENDONÇA, Carneiro de. O intendente Câmara. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1958. 545 p. (Biblioteca pedagógica brasileira, Sér. 5.: Brasília-na, 301).

MOREIRA DE AZEVEDO. Apontamentos históricos. Rio de Janeiro, Garnier, 1881, p. 209.

SIGAUD, José Francisco Xavier. Dr. Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) 4: 515-518, 1842.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. História dos fundadores do império do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957, v. 1, p. 60, 72; v. 2, p. 304; v. 3, p. 505; v. 8, p. 64.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Visconde de Porto Seguro. História Geral do Brasil. 5a. ed. integral. São Paulo, Melhoramentos, 1956. T. 5, p. 9, 15, 16, 66, 196, 197, 200, 218.

Abreviatura da publicação citada:

AAC = Anais da Assembléia Constituinte